



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**Secretaria-Geral**  
**Secretaria de Administração**  
**Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade**  
**Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos**

**Demonstrações Contábeis 2017**

**1) Contexto Operacional**

A Presidência da República, conforme definido na Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2016, é composta pela Casa Civil, Secretaria de Governo, Secretaria-Geral, Gabinete Pessoal do Presidente da República, Gabinete de Segurança Institucional e Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. Além destes, integram a Presidência órgãos de consulta e órgãos de assessoramento imediato.

As Demonstrações Contábeis ora apresentadas limitam-se à execução da Presidência da República como Órgão 20101, abrangendo as Unidades Gestoras da Casa Civil, Secretaria de Governo, Secretaria-Geral e Gabinete de Segurança Institucional.

Cabe ressaltar que a Secretaria Especial Micro e Pequena Empresa foi transferida para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), por meio do Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e teve o saldo de suas contas transferido para o Ministério mencionado ainda em 2017.

As demonstrações também abrangem a execução do Fundo Social – FS, criado pela Lei Nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. O FS está vinculado à Presidência da República e tem sua finalidade e objetivos definidos nos artigos 47 e 48 da referida lei.

Também a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, estipulou que a Secretaria Especial de Aquicultura e da Pesca passa a integrar a Presidência da República, porém até o encerramento do exercício de 2017 ainda não haviam sido transferidos os saldos de suas contas e, portanto, ainda não integram as Demonstrações Contábeis da Presidência da República.

**1.1) Missão da Presidência da República**

A Presidência da República tem a missão de apoiar o Presidente da República nas funções de Chefe de Estado, Chefe de Governo e Líder da Nação, além de coordenar ações de Governo das diversas pastas ministeriais.

## 2) DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 2.1) Balanço Patrimonial

Exercício: 2017

R\$			
Ativo	Nota explicativa	2017	2016
<b>Ativo Circulante</b>		<b>13.794.246.499,20</b>	<b>8.510.956.950,14</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	13.784.177.405,01	8.418.030.082,17
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	02	7.119.879,04	90.253.799,94
Estoques		2.949.215,15	2.673.068,03
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>13.794.246.499,20</b>	<b>8.510.956.950,14</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>530.595.108,99</b>	<b>520.282.362,89</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	03	6.983,92	6.983,92
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		6.983,92	6.983,92
<b>Imobilizado</b>	04	<b>524.980.861,87</b>	<b>508.479.563,26</b>
Bens Móveis		139.745.201,54	170.715.199,67
Bens Móveis		210.796.110,01	229.166.622,24
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum.		-71.050.908,47	-58.451.422,57
Bens Imóveis		385.235.660,33	337.764.363,59
Bens Imóveis		386.725.147,67	338.268.593,61
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum.		-1.489.487,34	-504.230,02
<b>Intangível</b>	05	<b>5.607.263,20</b>	<b>11.795.815,71</b>
Softwares		4.552.757,62	10.741.310,13
Softwares		16.426.794,93	20.374.784,94
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-11.874.037,31	-9.633.474,81
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		1.054.505,58	1.054.505,58
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		1.054.505,58	1.054.505,58
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>530.595.108,99</b>	<b>520.282.362,89</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>14.324.841.608,19</b>	<b>9.031.239.313,03</b>

Fonte: SIAFI 2017

(continua)

## Balço Patrimonial

Exercício: 2017

(continuação da página anterior)

		R\$	
Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2017	2016
<b>Passivo Circulante</b>		41.076.937,44	23.614.024,87
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Curto Prazo		38.755.075,78	20.712.392,56
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	06	1.047.755,21	1.668.286,62
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		258,33	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		1.273.848,12	1.233.345,69
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>41.076.937,44</b>	<b>23.614.024,87</b>
<b>Total do Passivo Exigível</b>		<b>41.076.937,44</b>	<b>23.614.024,87</b>
<b>Demais Reservas</b>			11.639.662,73
<b>Resultados Acumulados</b>		14.283.764.670,75	8.995.985.625,43
Resultado do Exercício		5.405.044.533,63	12.844.882.084,58
Resultados de Exercícios Anteriores		8.936.379.139,89	-4.000.720.024,67
Ajustes de Exercícios Anteriores		-57.659.002,77	151.823.565,52
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	07	<b>14.283.764.670,75</b>	<b>9.007.625.288,16</b>
<b>Total do Passivo e patrimônio líquido</b>		<b>14.324.841.608,19</b>	<b>9.031.239.313,03</b>

Fonte: SIAFI 2017.

## Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes

(Lei n. 4.320/1964)

Exercício: 2017

				R\$	
Ativo				Passivo	
Especificação	2017	2016	Especificação	2017	2016
Ativo Financeiro	13.784.177.405,01	8.418.030.082,17	Passivo Financeiro	456.436.626,99	216.779.119,66
Ativo Permanente	540.664.203,18	613.209.230,86	Passivo Financeiro	31.235.940,93	20.186.695,53
			<b>Saldo Patrimonial</b>	<b>13.837.169.040,27</b>	<b>8.794.273.497,84</b>

Fonte: SIAFI 2017.

## Quadro das contas de compensação

(Lei n. 4.320/1964)

Exercício: 2017

RS

Especificação	Nota explicativa	2017	2016
<b>Atos Potenciais Ativos</b>			
Execução dos Atos Potenciais Ativos		40.796.639,48	17.268.306,83
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		16.110.431,38	8.694.887,50
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.		22.250.875,89	6.113.095,50
Direitos Contratuais a Executar		2.435.332,21	2.460.323,83
<b>Total dos Atos Potenciais Ativos</b>		<b>40.796.639,48</b>	<b>17.268.306,83</b>
<b>Atos Potenciais Passivos</b>		<b>1.300.776.254,89</b>	<b>910.034.569,02</b>
Execução dos Atos Potenciais Passivos		1.300.776.254,89	910.034.569,02
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum. Congêneres a Liberar		47.294.252,13	52.746.638,63
Obrigações Contratuais a Executar		1.253.482.002,76	857.287.930,39
<b>Total dos Atos Potenciais Passivos</b>		<b>1.300.776.254,89</b>	<b>910.034.569,02</b>

Fonte: SIAFI 2017.

## Quadro do superávit/déficit financeiro

(Lei n. 4.320/1964)

Exercício: 2017

RS

Destinação de recursos	Superávit/déficit financeiro
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-295.161.375,36</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>13.622.902.153,38</b>
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-2.980.235,25
Operação de Crédito	-24.680.706,16
Alienação de Bens e Direitos	284.145,02
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	12.375.533.385,99
Outros Recursos Vinculados a Fundos	1.274.745.563,78
<b>Total</b>	<b>13.327.740.778,02</b>

Fonte: SIAFI 2017.

## 2.2) Demonstração das Variações Patrimoniais

Exercício: 2017

RS

Especificação	Nota explicativa	2017	2016
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>16.308.810.776,59</b>	<b>40.799.077.557,23</b>
<b>Contribuições</b>		<b>360,00</b>	<b>-</b>
Contribuições Sociais		360,00	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		<b>17.590.574,22</b>	<b>37.569.287,53</b>
Venda de Produtos		-	182,22
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		17.590.574,22	37.569.105,31
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>		<b>1.087.673.092,30</b>	<b>850.384.354,12</b>
Juros e Encargos de Mora		34.037,72	140,84
Variações Monetárias e Cambiais		5.970,46	414.939,07
Remuneração de depósitos bancários e Aplicações Financeiras	09	1.087.633.084,12	849.969.274,21
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>		<b>15.144.823.641,25</b>	<b>12.862.380.512,51</b>
Transferências Intragovernamentais		15.091.022.545,35	12.846.400.533,18
Transferências das Instituições Privadas		-	4.473.955,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas		53.801.095,90	11.506.024,33
		<b>50.845.383,49</b>	<b>27.034.131.662,52</b>
<b>Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorp. de Passivos</b>			
Reavaliação de Ativos	10	29.333.863,18	3.524.844,15
Ganhos com Alienação		6,45	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		21.122.021,82	171.745,48
Ganhos com Desincorporação de Passivos		389.492,04	27.030.435.072,89
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>7.877.725,33</b>	<b>14.611.740,55</b>
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		7.877.725,33	14.611.740,55
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>10.903.766.242,96</b>	<b>27.954.195.472,65</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	11	<b>530.655.079,06</b>	<b>530.901.163,24</b>
Remuneração a Pessoal		352.832.520,42	357.715.142,66
Encargos Patronais		59.970.108,03	57.125.899,31
Benefícios a Pessoal		27.280.873,20	15.665.368,15
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos.		90.571.577,41	100.394.753,12
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		<b>240.863.829,35</b>	<b>195.483.612,93</b>
Aposentadorias e Reformas		208.111.937,89	168.784.108,09
Pensões		32.439.234,63	26.460.558,28
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		312.656,83	238.946,56
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		<b>489.507.204,71</b>	<b>574.925.824,00</b>
Uso de Material de Consumo		9.672.757,86	11.542.540,02
Serviços		461.193.220,40	543.386.316,39
Depreciação, Amortização e Exaustão		18.641.226,45	19.996.967,59
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		<b>69.021,97</b>	<b>58.558,54</b>
Variações Monetárias e Cambiais		69.021,97	58.558,54
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>		<b>9.589.756.252,11</b>	<b>9.655.111.386,63</b>
Transferências Intragovernamentais		9.560.166.748,97	9.637.277.000,17
Transferências Intergovernamentais		9.501.444,79	3.321.621,58
Transferências ao Exterior		1.753.067,43	1.702.374,28
Outras Transferências e Delegações Concedidas		18.334.990,92	12.810.381,60
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>		<b>48.663.025,81</b>	<b>16.990.196.863,23</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas	12	23.227.949,25	5.652.079,34
Perdas com Alienação		174.371,65	200.849,27
Perdas Involuntárias		1.338.978,66	632.359,29
Incorporação de Passivos		1.570.455,69	16.983.689.523,74
Desincorporação de Ativos		22.351.270,56	22.051,59
<b>Tributárias</b>		<b>196.742,27</b>	<b>238.645,46</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		196.182,27	238.645,46
Contribuições		560,00	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>4.055.087,68</b>	<b>7.279.418,62</b>
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		4.055.087,68	7.279.418,62
<b>Resultado Patrimonial do Período</b>	<b>08</b>	<b>5.405.044.533,63</b>	<b>12.844.882.084,58</b>

Fonte: SIAFI 2017.

## 2.3) Balanço orçamentário

Exercício: 2017

R\$

Receitas orçamentárias	Nota explicativa	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
<b>Receitas Correntes</b>	13	<b>4.755.156.809,00</b>	<b>4.755.156.809,00</b>	<b>1.111.351.461,96</b>	<b>-3.643.805.347,04</b>
Receita Patrimonial		4.334.023.026,00	4.334.023.026,00	1.088.187.609,67	-3.245.835.416,33
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado				593.525,55	593.525,55
Valores Mobiliários		670.688.369,00	670.688.369,00	1.087.594.084,12	416.905.715,12
Exploração de Recursos Naturais		3.663.334.657,00	3.663.334.657,00		-3.663.334.657,00
Receita Industrial		383.985.000,00	383.985.000,00		-383.985.000,00
Receitas de Serviços		37.148.783,00	37.148.783,00	16.997.048,67	-20.151.734,33
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		37.148.783,00	37.148.783,00	16.997.048,67	-20.151.734,33
Outras Receitas Correntes				6.166.803,62	6.166.803,62
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais				142.527,43	142.527,43
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos				5.773.396,82	5.773.396,82
Demais Receitas Correntes				250.879,37	250.879,37
<b>Receitas De Capital</b>	13			<b>111.795,00</b>	<b>111.795,00</b>
Alienação de Bens				111.795,00	111.795,00
Alienação de Bens Móveis				111.795,00	111.795,00
<b>Subtotal das Receitas</b>		<b>4.755.156.809,00</b>	<b>4.755.156.809,00</b>	<b>1.111.463.256,96</b>	<b>-3.643.693.552,04</b>
<b>Subtotal com Refinanciamento</b>		<b>4.755.156.809,00</b>	<b>4.755.156.809,00</b>	<b>1.111.463.256,96</b>	<b>-3.643.693.552,04</b>
<b>Déficit</b>				<b>389.217.079,65</b>	<b>389.217.079,65</b>
<b>Total</b>		<b>4.755.156.809,00</b>	<b>4.755.156.809,00</b>	<b>1.500.680.336,61</b>	<b>-3.254.476.472,39</b>

Despesas orçamentárias	Nota explicativa	Dotação inicial (e)	Dotação atualizada (f)	Despesas empenhadas (g)	Despesas liquidadas (h)	Despesas pagas (i)	Saldo da dotação (j) = (f-g)
<b>Despesas Correntes</b>	14	1.431.327.634,00	1.540.018.755,00	1.486.401.575,99	1.120.034.339,25	1.112.171.774,51	53.617.179,01
Pessoal e Encargos Sociais		776.913.237,00	751.079.508,00	747.025.491,42	716.163.212,63	709.179.084,99	4.054.016,58
Outras Despesas Correntes		654.414.397,00	788.939.247,00	739.376.084,57	403.871.126,62	402.992.689,52	49.563.162,43
<b>Despesas de Capital</b>	14	4.748.868.124,00	4.745.476.108,00	14.278.760,62	775.646,08	775.646,08	4.731.197.347,38
Investimentos		33.878.098,00	30.468.082,00	14.278.760,62	775.646,08	775.646,08	16.189.321,38
Inversões Financeiras		4.715.008.026,00	4.715.008.026,00				4.715.008.026,00
<b>Subtotal das Despesas</b>		<b>6.180.213.758,00</b>	<b>6.285.494.863,00</b>	<b>1.500.680.336,61</b>	<b>1.120.809.985,33</b>	<b>1.112.947.420,59</b>	<b>4.784.814.526,39</b>
<b>Subtotal com Refinanciamento</b>		<b>6.180.213.758,00</b>	<b>6.285.494.863,00</b>	<b>1.500.680.336,61</b>	<b>1.120.809.985,33</b>	<b>1.112.947.420,59</b>	<b>4.784.814.526,39</b>
<b>Total</b>		<b>6.180.213.758,00</b>	<b>6.285.494.863,00</b>	<b>1.500.680.336,61</b>	<b>1.120.809.985,33</b>	<b>1.112.947.420,59</b>	<b>4.784.814.526,39</b>

Fonte: SIAFI 2017.

## Quadro da execução de restos a pagar não processados

Exercício: 2017

R\$

Despesas orçamentárias	Nota explicativa	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
		Em exercícios anteriores	Em 31 de dezembro do exercício anterior				
<b>Despesas Correntes</b>	<b>14</b>	40.974.705,24	160.823.642,16	117.978.079,48	117.078.079,48	17.828.790,83	66.891.477,09
Pessoal e Encargos Sociais		11.581.587,96	33.341.571,56	14.658.787,94	14.658.787,94	10.431.326,51	19.833.045,07
Outras Despesas Correntes		29.393.117,28	127.482.070,60	103.319.291,54	102.419.291,54	7.397.464,32	47.058.432,02
<b>Despesas de Capital</b>	<b>14</b>	1.462.210,60	6.714.548,30	5.852.178,93	5.852.178,93	1.590.777,86	733.802,11
Investimentos		1.462.210,60	6.714.548,30	5.852.178,93	5.852.178,93	1.590.777,86	733.802,11
<b>Total</b>		<b>42.436.915,84</b>	<b>167.538.190,46</b>	<b>123.830.258,41</b>	<b>122.930.258,41</b>	<b>19.419.568,69</b>	<b>67.625.279,20</b>

Fonte: SIAFI2017.

## Quadro da execução de restos a pagar processados e não processados liquidados

R\$

Despesas orçamentárias	Nota explicativa	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
		Em exercícios anteriores	Em 31 de dezembro do exercício anterior			
<b>Despesas Correntes</b>	<b>14</b>	<b>804.898,09</b>	<b>1.777.363,93</b>	<b>1.859.883,52</b>	<b>3.408,65</b>	<b>718.897,85</b>
Pessoal e Encargos Sociais		123.433,22	624.282,86	624.282,86		123.433,22
Outras Despesas Correntes		681.464,87	1.153.081,07	1.235.600,66	3.408,65	595.464,63
<b>Total</b>		<b>804.898,09</b>	<b>1.777.363,93</b>	<b>1.859.883,52</b>	<b>3.408,65</b>	<b>718.897,85</b>

Fonte: SIAFI 2017.

## 2.4) Balanço Financeiro

Exercício: 2017

RS

Especificação	Nota explicativa	RS	
		2017	2016
<b>Ingressos</b>			
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>1.111.463.256,96</b>	<b>902.154.697,84</b>
<b>Ordinárias</b>		6.251.281,96	15.064.346,59
<b>Vinculadas</b>		1.105.474.732,49	887.322.443,25
Educação		509.075,65	
Alienação de Bens e Direitos		111.795,00	172.350,12
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		1.104.853.861,84	887.150.093,13
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-262.757,49	-232.092,00
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>		<b>15.025.465.482,97</b>	<b>12.793.120.184,18</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		14.114.958.458,72	11.776.635.200,55
Cota Recebida		8.477.831.776,55	8.618.067.063,86
Repasso Recebido		10.695.228,48	7.098.079,02
Sub-repasso Recebido		5.620.316.360,14	3.151.373.297,70
Repasso Devolvido		6.110.253,35	81.781,47
Sub-Repasso Devolvido		4.840,20	14.978,50
Independentes da Execução Orçamentária		910.507.024,25	1.016.484.983,63
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		900.871.910,57	959.150.011,47
Demais Transferências Recebidas		6.437.558,21	11.294.844,28
Movimentação de Saldos Patrimoniais		3.197.555,47	3.034.126,80
Movimentações para Incorporação de Saldos			43.006.001,08
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>		<b>406.302.421,80</b>	<b>178.647.195,66</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		7.862.564,74	1.777.363,93
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		379.870.351,28	169.111.302,46
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		585.865,01	6.975.086,02
Outros Recebimentos Extraorçamentários		17.983.640,77	783.443,25
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		23.542,25	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			187.471,79
Arrecadação de Outra Unidade			595.971,46
Demais Recebimentos		17.960.098,52	
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>		<b>8.418.030.082,17</b>	<b>5.586.949.289,57</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		8.418.030.082,17	5.586.949.289,57
<b>Total</b>		<b>24.961.261.243,90</b>	<b>19.460.871.367,25</b>

(continua)



## Balanço Financeiro

Exercício: 2017

(continuação da página anterior)

		R\$	
Especificação	Nota explicativa	2017	2016
<b>Dispêndios</b>			
<b>Despesas Orçamentárias</b>		1.500.680.336,61	1.294.301.302,78
Ordinárias		1.263.935.643,93	1.142.430.102,75
Vinculadas		236.744.692,68	151.871.200,03
Seguridade Social (Exceto RGPS)		200.795.570,21	80.741.679,00
Operação de Crédito		24.899.770,51	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		11.049.351,96	71.129.521,03
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>		9.532.714.220,03	9.543.401.082,32
Resultantes da Execução Orçamentária		8.759.524.332,44	8.703.542.732,23
Repasso Concedido		3.133.198.582,01	5.550.889.987,12
Sub-Repasso Concedido		5.620.316.360,14	3.151.373.297,70
Cota Devolvida		6.004.550,09	1.264.468,91
Sub-Repasso Devolvido		4.840,20	14.978,50
Independentes da Execução Orçamentária		773.189.887,59	839.858.350,09
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		713.376.430,59	812.382.748,84
Demais Transferências Concedidas		6.016.127,25	9.447.125,85
Movimento de Saldos Patrimoniais		8.152.138,47	17.966.086,10
Movimentação para Incorporação de Saldos		45.645.191,28	62.389,30
<b>Despesas Extraorçamentárias</b>		143.689.282,25	205.138.899,98
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		1.859.883,52	14.329.481,59
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		122.930.258,41	183.008.724,44
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.094.940,66	6.475.099,88
Outros Pagamentos Extraorçamentários		17.804.199,66	1.325.594,07
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento			729.622,61
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		17.804.199,66	
Demais Pagamentos			595.971,46
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>		13.784.177.405,01	8.418.030.082,17
Caixa e Equivalentes de Caixa		13.784.177.405,01	8.418.030.082,17
<b>Total</b>		<b>24.961.261.243,90</b>	<b>19.460.871.367,25</b>

Fonte: SIAFI 2017.

## 2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercício: 2017

R\$

Especificação	Nota explicativa	2017	2016
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
<b>Ingressos</b>		<b>16.155.362.908,46</b>	<b>13.702.861.061,27</b>
Receitas Derivadas e Originárias		1.111.351.461,96	901.982.347,82
Receita Patrimonial		593.525,55	550.413,04
Receita Industrial			182,22
Receita de Serviços		16.997.048,67	37.018.692,27
Remuneração das Disponibilidades		1.087.594.084,12	849.900.043,34
Outras Receitas Derivadas e Originárias		6.166.803,62	14.513.016,95
Outros Ingressos das Operações		15.044.011.446,50	12.800.878.713,45
Ingressos Extraorçamentários		585.865,01	6.975.086,02
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			187.471,79
Transferências Financeiras Recebidas		15.025.465.482,97	12.793.120.184,18
Arrecadação de Outra Unidade			595.971,46
Demais Recebimentos		17.960.098,52	
<b>Desembolsos</b>		<b>-10.782.799.555,61</b>	<b>-10.840.064.182,78</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>		<b>-1.145.194.626,37</b>	<b>-1.147.543.525,01</b>
Essencial a Justiça			-11.083,08
Administração		-599.136.196,46	-596.026.890,20
Segurança Pública		-293.838.759,65	-293.358.184,98
Previdência Social		-240.321.306,03	-212.034.220,53
Saúde		-1.046.183,52	
Direitos da Cidadania		-350.442,64	9.373.519,61
Urbanismo			-895.377,30
Comércio e serviços		-10.464.856,32	-32.249.224,65
Transporte		-59.961,04	-2.865.402,05
Encargos Especiais		-462,96	
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas – Cartão de Pagamento		23.542,25	-729.622,61
<b>Transferências Concedidas</b>		<b>-85.991.568,89</b>	<b>-142.048.504,11</b>
Intergovernamentais		-378.800,00	-3.973.006,98
A Estados e/ou Distrito Federal		-278.800,00	2.183.006,98
A Municípios		-100.000,00	-1.790.000,00
Intragovernamentais		-83.769.863,23	-135.965.868,90
Outras Transferências Concedidas		-1.842.905,66	-2.109.628,23
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>		<b>-9.551.613.360,35</b>	<b>-9.550.472.153,66</b>
Dispêndios Extraorçamentários		-1.094.940,66	-6.475.099,88
Transferências Financeiras Concedidas		-9.532.714.220,03	-9.543.401.082,32
Transferências de Arrecadação para Outra Unidade		-17.804.199,66	
Demais Pagamentos			-595.971,46
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>		<b>5.372.563.352,85</b>	<b>2.862.796.878,49</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>			
<b>Ingressos</b>		<b>111.795,00</b>	<b>172.350,02</b>
Alienação de Bens		111.795,00	172.350,02
<b>Desembolsos</b>		<b>-6.527.825,01</b>	<b>-31.888.435,91</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante		-4.171.122,46	-19.501.175,88
Outros Desembolsos de Investimentos		-2.356.702,55	-12.387.260,03
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento</b>		<b>-6.416.030,01</b>	<b>-31.716.085,89</b>
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa</b>		<b>5.366.147.322,84</b>	<b>2.831.080.792,60</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		8.418.030.082,17	5.586.949.289,57
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		13.784.177.405,01	8.418.030.082,17

Fonte: SIAFI 2017.

### 3) Resumo das Principais Práticas Contábeis – Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCON foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 7ª edição) e o Manual SIAFI.

As DCON foram levantadas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e tiveram como objeto as informações consolidadas a nível de órgão.

Na consolidação das demonstrações contábeis não foram utilizados os critérios de exclusão e compensações, considerando que no SIAFI este mecanismo está disponibilizado apenas no nível do Balanço Geral da União. Entretanto essas demonstrações contábeis consolidadas representam o agregado dos saldos de todas as unidades administrativas.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme arts. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas na conta única.

#### 3.1) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual SIAFI.

- **Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras** - A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.
- **Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

- **Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo** - São as aplicações de recursos em

títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

- **Depósitos Restituíveis** - São os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo seu custo histórico acrescido dos rendimentos do período.
- **Créditos a curto prazo** - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.
- **Estoques** – Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.
- **Ativo realizável a longo prazo** - Compreendem os direitos a receber a longo prazo, principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.
- **Imobilizado** – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.
- **Intangível** – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

- **Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet** - O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.
- **Passivos circulantes e não circulantes** - As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), o passivo circulante e não circulante apresenta a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.
- **Empréstimos e financiamentos** - Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).
- **Benefícios a empregados** - Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União, relacionados com aposentadoria e assistência médica, são também reconhecidos pelo regime de competência.
- **Ativos e Passivos Contingentes** – Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.
- **Apuração do Resultado** – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:
  - **Resultado Patrimonial** na Demonstração das Variações Patrimoniais, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas. Se o resultado for positivo, teremos o Superávit Patrimonial; caso contrário, será Déficit Patrimonial.
  - **No Balanço Orçamentário** é apurado o Resultado Orçamentário. O valor da coluna Receitas Realizadas, menos a Despesa Empenhada, se o resultado for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário um Déficit Orçamentário.
  - **No Balanço Financeiro** ou na **Demonstração do Fluxo de Caixa** é apurado o Resultado Financeiro, confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa, menos o Saldo Anterior. Se for positivo haverá um Superávit Financeiro; caso contrário, um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feita no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este, se superavitário, é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

### **3.2) Principais mudanças nas práticas e procedimentos contábeis:**

**A) Desreconhecimento dos créditos relativos a Diversos Responsáveis** – Em setembro de 2017, a CCONT procedeu o desreconhecimento destes créditos decorrentes de falta/irregularidades na comprovação das Tomadas de Contas Especiais. Os valores pendentes de julgamento devem ser registrados apenas em contas de controle e o ativo deve ser reconhecido somente quando houver a decisão definitiva do TCU com a devida imputação de débito.

**B) Desreconhecimento dos créditos relativos a Adiantamento de Transferências Voluntárias** – Em setembro de 2017, a CCONT, em atendimento ao acórdão TCU 1320/2017, efetuou os lançamentos contábeis de desreconhecimento destes créditos, tendo em vistas os mesmos não preencherem os requisitos do conceito de ativo de acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual e o MCASP. Entretanto, nas contas de controle estão preservados os registros com vistas ao devido acompanhamento da prestação de contas pelos convenientes aos seus órgãos concedentes.

#### 4) Notas Explicativas dos Itens das Demonstrações Contábeis

##### Balanco Patrimonial

##### Nota 01 – Caixa e Equivalentes

Descrição	R\$			
	dez/16	dez/17	AH(%)	AV(%)
CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	8.347.576.477,57	13.653.213.925,30	63,56	99,05
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	310.995,26	310.995,26	0,00	0,00
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO	70.142.609,34	130.652.484,45	86,27	0,95
<b>Total</b>	<b>8.418.030.082,17</b>	<b>13.784.177.405,01</b>	<b>63,75</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2016.

No Balanço Patrimonial da Presidência da República, no item Caixa e Equivalentes de Caixa, o valor mais representativo está em Recursos Aplicados na Conta Única, que corresponde a 99,05%. Esses recursos são do Fundo Social e, no ano de 2017, tiveram um acréscimo de 63,56% em sua aplicação.

##### Nota 02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

A conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo apresentou os seguintes saldos no Balanço Patrimonial de 31/12/2017:

Demais Créditos e Valores a CP	Dez/16	Dez/17	Varição R\$
13º SALÁRIO - ADIANTAMENTO	2.368.241,19	3.077.168,79	708.927,60
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	2.897.947,00	2.184.916,01	-713.030,99
ADIANTAMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	76.396.880,20	0,00	-76.396.880,20
CRED A REC DE RESPONSÁVEIS POR DANO/PERDA	4.002.657,04	0,00	-4.002.657,04
CRED A REC DECOR FALTA/IRREG COMPROVAÇÃO	832.871,17	0,00	-832.871,17
CRED A REC DECORRENTE DESFALQUE OU DESVIO	1.303.589,50	0,00	-1.303.589,50
CRED A REC POR DANO AO PATRIMÔNIO	8.788,99	9.029,99	241,00
CRED A REC POR DEB DE TERCEIRO EM PREST SERV	213.720,09	790.371,93	576.651,84
CRED A REC POR FOLHA DE PAGAMENTO	1.083,30	90.631,38	89.548,08
CRED A RECEBER POR CESSÃO DE PESSOAL	804.597,59	804.597,59	0,00
SALÁRIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	1.423.423,87	163.163,35	-1.260.260,52
<b>Total</b>	<b>90.253.799,94</b>	<b>7.119.879,04</b>	<b>-83.133.920,90</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2016.

Em 31/12/2017 a Presidência da República apresentou um saldo de R\$ 7.119.879,04 (Sete milhões, cento e dezenove mil, oitocentos e setenta e nove reais e quatro centavos), relacionado a Demais Créditos e Valores a Curto Prazo. Em setembro de 2017 a CCONT/STN, em atendimento ao acórdão TCU 1320/2017, efetuou os lançamentos contábeis de desreconhecimento dos créditos na conta Adiantamento de Transferências Voluntárias e créditos relativos a Diversos Responsáveis, tendo em vista os mesmos não preencherem os requisitos do conceito de ativo de acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual e o MCASP, justificando desse modo a grande variação em Reais do grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

### Nota 03 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Demais Créditos e Valores a Longo Prazo que se encontram no balanço da Presidência da República no valor de R\$ 6.983,92, refere-se a Direitos sobre Concessões que foram transferidos da Fundação Roquete Pinto, em face do encerramento de suas atividades no ano de 1998. Esse valor tem como origem aquisições de terminais, linhas e acessos ao serviço móvel celular nos exercícios de 1994 e 1997.

### Nota 04 – Imobilizado Bens Imóveis

Em 31/12/2017 a Presidência da República apresentou um saldo de R\$ 385.235.660,33 (trezentos e oitenta e cinco milhões, duzentos e trinta e cinco mil, seiscentos e sessenta reais e trinta e três centavos) relacionados a bens imóveis, conforme tabela a baixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2017	AV(%)
Bens de Uso Especial	334.727.188,49	383.028.015,05	99,43
Bens Imóveis em Andamento	981.096,96	981.096,96	0,25
Instalações	2.560.308,16	2.716.035,66	0,71
Depreciação /Amortização - Bens Imóveis	(504.230,02)	(1.489.487,34)	-0,39
<b>Total</b>	<b>337.764.363,59</b>	<b>385.235.660,33</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2017 e 2016

Destaca-se que Bens de Uso Especial representam 99,43% do total dos bens imóveis da Presidência da República.

Na tabela abaixo detalharemos a conta Bens de Uso Especial:

Descrição	31/12/2016	31/12/2017	AH(%)	AV(%)
Terrenos, Glebas	19.240.865,27	18.423.352,81	4,81	-4,25
Edifícios	97.424.977,25	99.242.810,82	25,91	1,87
Complexos, Fábricas e Usinas	0,00	16.715.823,00	4,36	-
Imóveis Residenciais e Comerciais	20.823.881,28	48.971.065,56	12,79	135,17
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	197.237.464,69	199.674.962,86	52,13	1,24
<b>Total</b>	<b>334.727.188,49</b>	<b>383.028.015,05</b>	<b>100,00</b>	<b>14,43</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2016.

Em relação aos bens de uso especial, observa-se que no Balanço Patrimonial da Presidência da República de 31/12/2017, houve um acréscimo na conta Complexos, Fábricas e Usinas que se refere ao registro no SPIUNET do complexo da Unidade Gestora do GSI que, em 31/12/2016, encontrava-se registrado em Imóveis não registrados no SPIUNET.



## Bens Móveis

Os Bens Móveis da Presidência da República, em 31/12/2017, totalizaram R\$ 139.745.201,54 (cento e trinta e nove milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, duzentos e um reais e cinquenta e quatro centavos) e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Descrição	31/12/2016	31/12/2017	AV (%)	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	66.961.857,47	66.602.356,43	47,66	-0,54
Bens de Informática	73.481.638,65	63.196.294,31	45,22	-14,00
Móveis e Utensílios	33.659.137,42	32.376.307,11	23,17	-3,81
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	14.754.966,16	14.747.488,06	10,55	-0,05
Veículos	34.245.905,63	27.930.791,85	19,99	-18,44
Armamentos	2.046.650,34	1.833.924,13	1,31	-10,39
Demais Bens Móveis	4.016.466,57	4.108.948,12	2,94	2,30
Depreciação Acumulada	(58.451.422,57)	(71.050.908,47)	-50,84	21,56
<b>Total</b>	<b>170.715.199,67</b>	<b>139.745.201,54</b>	<b>100</b>	<b>-18,14</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2016.

## Nota 05 - Intangível

O quadro abaixo apresenta a composição do Intangível

Composição	DEZ/2016	DEZ/2017	AH (%)
Softwares	20.374.784,94	16.426.794,93	-19,38
Marcas, Direitos, Patentes	1.054.505,58	1.054.505,58	0,00
Amortização Acumulada	(9.633.474,81)	(11.874.037,31)	23,26
<b>Total</b>	<b>11.795.815,71</b>	<b>5.607.263,20</b>	<b>-52,46</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2016

No ano de 2017, a conta Softwares sofreu um decréscimo de 19,38% em relação a 2016. A diferença mais substancial na conta deve-se à Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa, pois com a publicação do Decreto 9.004/2017, em julho de 2017, seus saldos foram transferidos para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

## Nota 06 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2017, a Presidência da República apresentou um saldo de R\$ 1.047.755,21 (Um milhão e quarenta e sete mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e vinte um centavos), referente a fornecedores e contas a pagar, totalmente de curto prazo, cuja composição, em 31/12/2017, consta abaixo:

### Fornecedores e Contas a Pagar – Composição

Descrição	DEZ/2016	DEZ/2017	AV (%)
Nacionais	1.575.655,62	1.045.425,40	99,78
Estrangeiros	92.631,00	2.329,81	0,22
<b>Total</b>	<b>1.668.286,62</b>	<b>1.047.755,21</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI 2017.

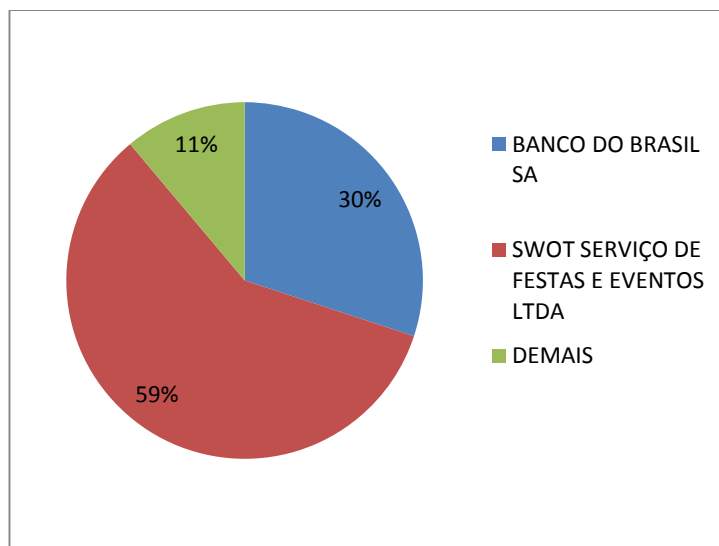
Podemos observar que a maior parte dos fornecedores a pagar do curto prazo se refere aos fornecedores nacionais, representando 99,78% do total a ser pago.

### Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

O quadro abaixo detalha por fornecedor o saldo de Fornecedores e Contas a Pagar em 31/12/2017.

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	R\$	
	Valor	AV (%)
BANCO DO BRASIL SA	314.800,88	30,05
CIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO SABESP	82,90	0,01
DEBRIN BRASIL LTDA - ME	5.915,00	0,56
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A	629,69	0,06
ENGEMAQ COMPONENTES PARA TRATORES LTDA	3.400,71	0,32
FORUM OF FEDERATIONS	2.329,81	0,22
GIULIA TAMBORRINO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRE	31.341,92	2,99
GL COMERCIAL EIRELI - ME	26.452,53	2,52
LEO BURNETT PUBLICIDADE LTDA.	173,05	0,02
LINDE GASES LTDA	466,05	0,04
MULTI QUADROS E VIDROS LTDA - EPP	220,80	0,02
NOVA/SB COMUNICAÇÃO LTDA.	173,94	0,02
PANGEA CENTRO DE TRADUÇÃO INTERPRETACAO E IDIOMAS EIREL	125,82	0,01
POLI ENGENHARIA LTDA	41.870,61	4,00
R. DA S. CURINGA SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E TI - ME	320,00	0,03
RT COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	2.669,60	0,25
SWOT SERVIÇO DE FESTAS E EVENTOS LTDA	616.573,90	58,85
VCS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CHAVEIROS E CARIMBOS LTDA	208,00	0,02
<b>TOTAL</b>	<b>1.047.755,21</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI 2017.



Constata-se que as empresas Banco do Brasil e a Swot Serviços de Festas e Eventos Ltda são responsáveis por 89% do total a ser pago.

## Nota 07 - Patrimônio Líquido

A tabela a seguir evidencia as variações dos elementos do patrimônio líquido ao longo do exercício e permite demonstrar a sua evolução no exercício de 2017.

Descrição	31/12/2016	31/12/2017
Patrimônio Líquido	9.007.625.288,16	14.283.764.670,75
Demais Reservas	11.639.662,73	0,00
Resultado do Exercício	12.844.882.084,58	5.405.044.533,63
Resultado de Exercícios Anteriores	-4.000.720.024,67	8.936.379.139,89
Ajustes de Exercícios Anteriores	151.823.565,52	-57.659.002,77

## Demonstração das Variações Patrimoniais

### Nota 08 - Resultado Patrimonial do Período

No ano de 2017 a Presidência da República apresentou na Demonstração das Variações Patrimoniais, (DVP), uma variação patrimonial aumentativa, (VPA), no total de R\$ 16.308.810.776,59 (Dezesseis bilhões, trezentos e oito milhões, oitocentos e dez mil, setecentos e setenta e seis reais e cinquenta e nove centavos) e uma variação patrimonial diminutiva, (VPD), de R\$ 10.903.766.242,96 (Dez bilhões, novecentos e três milhões, setecentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta e dois mil e noventa e seis centavos), demonstrados na tabela a seguir:

VPA	>	VPD	=	Superávit Patrimonial
16.308.810.776,59	>	10.903.766.242,96	=	5.405.044.533,63

Fonte: SIAFI 2017

Conforme podemos verificar a Presidência da República apresentou um Superávit Patrimonial de R\$ 5.405.044.533,63 (Cinco bilhões, quatrocentos e cinco milhões, quarenta e quatro mil, quinhentos e trinta e três reais e sessenta e três centavos), pois as variações patrimoniais aumentativas foram 49,57% superiores as variações patrimoniais diminutivas.

### Variação Patrimonial Aumentativa Financeira

#### Nota 09 - Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras

Na DVP de 2017 da Presidência da República, o valor de R\$ 1.087.594.084,12 (Um bilhão, oitenta e sete milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, oitenta e quatro reais e doze centavos), na conta Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras, refere-se a remuneração dos recursos do Fundo Social aplicados na Conta Única.

	DEZ/2016	DEZ/2017
SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE	69.230,87	39.000,00
FUNDO SOCIAL/FS	849.900.043,34	1.087.594.084,12
<b>TOTAL</b>	<b>849.969.274,21</b>	<b>1.087.633.084,12</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2016.

### Valorização e Ganhos C/Ativos e Desincorporação de Passivos

#### Nota 10 - Reavaliação de Ativos

CONTA	UNIDADE	DEZ/2017	AV (%)
REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS	AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA	2.309,88	0,01
REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR	3.172.681,50	10,81
REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA	26.158.871,80	89,18
<b>TOTAL</b>		<b>29.333.863,18</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI 2017

Como podemos verificar na tabela acima, 89,18% do total da conta Reavaliação de Ativos refere-se à reavaliação de bens imóveis registrados no SPIUnet da Agência Brasileira de Inteligência.

**Varição Patrimonial Diminutiva**  
**Nota 11 - Pessoal e Encargos**

Na Demonstração das Variações Patrimoniais de 2017 da Presidência da República podemos verificar na tabela abaixo que as variações diminutivas do grupo pessoal e encargos totalizaram R\$ 530.655.079,06 (Quinhentos e trinta milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, setenta e nove reais e seis centavos), representando 4,87% do total das variações patrimoniais diminutivas apresentadas no período.

CONTA	DEZ/2016	DEZ/2017
VENCIMENTOS E SALÁRIOS	165.749.151,04	174.405.744,32
ABONOS	4.111.951,28	4.122.580,73
ADICIONAIS	977.205,16	1.384.414,52
GRATIFICAÇÕES	101.145.546,37	112.368.418,80
FÉRIAS – RPPS	11.100.059,57	12.203.806,54
13. SALÁRIO – RPPS	56.021.391,09	34.154.283,96
INDENIZAÇÕES – RPPS	5.002,32	117.884,60
SENTENÇAS JUDICIÁIS - PESSOAL ATIVO RPPS	49.356,27	27.299,58
OUTROS VENC. E VANT. FIXAS E VAR RPPS	283.198,06	185.759,04
VENCIMENTOS E SALÁRIOS	7.024.676,79	2.627.936,08
ADICIONAIS	446.004,71	159.625,51
GRATIFICAÇÕES	374.629,87	173.954,50
VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00	463.225,96
ADICIONAIS	812.881,31	966.416,68
GRATIFICAÇÕES	9.276.382,87	9.151.792,15
FÉRIAS – MILITAR	304.096,99	319.377,45
ADICIONAL NATALINO	33.608,96	0,00
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS - INTRA	44.063.660,80	45.187.396,96
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	12.271.930,13	13.874.226,82
FGTS	690.263,04	783.663,69
COMPLEMENTAÇÃO DE PREVIDENCIA	100.045,34	124.820,56
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	8.973.419,39	13.265.362,13
AUXÍLIO TRANSPORTE	1.120.288,81	1.036.864,57
AUXÍLIO MORADIA - RPPS	2.791.584,72	3.538.282,79
ASSISTÊNCIA A SAUDE	739.991,08	8.063.875,53
AUXÍLIO CRECHE	619.994,60	875.722,79
INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - RPPS	3.859,00	476,00
INDENIZAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO NO EXT	0,00	24.973,83
AUXILIO ALIMENTAÇÃO	1.100.225,53	357.240,00
AUXILIO TRANSPORTE	290.999,12	111.976,56
AUXILIO CRECHE	25.005,90	6.099,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	840.748,13	68.476,12
PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGÃOS	99.342.028,93	90.455.155,69
PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGÃOS	211.976,06	0,00
PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTES	0,00	47.945,60
<b>TOTAL</b>	<b>530.901.163,24</b>	<b>530.655.079,06</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2016.

**Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos**  
**Nota 12 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/Perdas**

CONTA	UNIDADE	DEZ/2017	AV(%)
REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS	AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA	444.756,54	1,92
REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR	22.620.068,44	97,38
REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA	163.124,27	0,70
<b>TOTAL</b>		<b>23.227.949,25</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI 2017

Como apresentado na tabela acima, 97,38% do total da conta Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas refere-se à desvalorização de bens imóveis registrados no SPIUnet da Secretaria de Administração da Presidência da República.

**Balço Orçamentário**  
**Nota 13 - Receita**

O Balço Orçamentário apresentou insuficiência de arrecadação devido à frustração de arrecadação da Receita Patrimonial de Exploração de Recursos Naturais e da Receita Industrial. Estas duas representavam cerca de 85% do total da Previsão de Receita.

Tabela 01 – Previsão x Realização da Receita

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	AV (%)	RECEITAS REALIZADAS	AV (%)	AH (%)	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>4.755.156.809,00</b>	<b>100,00</b>	<b>1.111.351.461,96</b>	<b>99,99</b>	<b>23,37</b>	<b>-3.643.805.347,04</b>
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>4.334.023.026,00</b>	<b>91,14</b>	<b>1.088.187.609,67</b>	<b>97,91</b>	<b>25,11</b>	<b>-3.245.835.416,33</b>
Valores Mobiliários	670.688.369,00	14,10	1.087.594.084,12	97,85	162,16	416.905.715,12
Exploração de Recursos Naturais	3.663.334.657,00	77,04	-	0,00	0,00	-3.663.334.657,00
<b>Receita Industrial</b>	<b>383.985.000,00</b>	<b>8,08</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-383.985.000,00</b>
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>37.148.783,00</b>	<b>0,78</b>	<b>16.997.048,67</b>	<b>1,53</b>	<b>45,75</b>	<b>-20.151.734,33</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	37.148.783,00	0,78	16.997.048,67	1,53	45,75	-20.151.734,33
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>6.166.803,62</b>	<b>0,55</b>	<b>Não Prevista</b>	<b>6.166.803,62</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	0,00	142.527,43	0,01	Não Prevista	142.527,43
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	0,00	5.773.396,82	0,52	Não Prevista	5.773.396,82
Demais Receitas Correntes	-	0,00	250.879,37	0,02	Não Prevista	250.879,37
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>111.795,00</b>	<b>0,01</b>	<b>Não Prevista</b>	<b>111.795,00</b>
<b>Alienação de Bens</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>111.795,00</b>	<b>0,01</b>	<b>Não Prevista</b>	<b>111.795,00</b>
Alienação de Bens Móveis	-	0,00	111.795,00	0,01	Não Prevista	111.795,00
<b>TOTAL DE RECEITAS</b>	<b>4.755.156.809,00</b>	<b>100,00</b>	<b>1.111.463.256,96</b>	<b>100,00</b>	<b>23,37</b>	<b>-3.643.693.552,04</b>

Fonte: SIAFI 2017.

A Receita de Exploração de Recursos Naturais é proveniente de *royalties*, devidos em função da produção de petróleo e destinada à constituição do Fundo Social – FS, conforme previsto no art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

A frustração desta receita apresentada no Balanço Orçamentário se dá porque o órgão arrecadador é o Ministério da Fazenda e, por ser transação intragovernamental, a transferência é feita mediante crédito na conta 4.5.1.1.2.01.00 - COTA RECEBIDA. Nesta conta, é possível verificar o montante arrecadado na Conta Corrente 0142980000 – FUNDO SOCIAL(CAPITALIZAÇÃO), conforme demonstrado na Tabela 01.1 – Capitalização do Fundo Social.

Tabela 01.1 – Capitalização do Fundo Social

Conta Contábil: 4.5.1.1.2.01.00 - COTA RECEBIDA	Saldo em R\$
0142980000 – FUNDO SOCIAL(CAPITALIZAÇÃO)	4.218.043.363,61

Também compõe o Fundo Social – FS a Receita Industrial advinda da comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, conforme previsto no art. 46 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

A frustração destas receitas foi amenizada pelo excesso de arrecadação da Receita Patrimonial de Valores Mobiliários, decorrente da Remuneração de Depósitos Bancários e a arrecadação não prevista de Outras Receitas Correntes e de Receita de Capital de Alienação de Bens.

#### Nota 14 - Despesa

Em relação às despesas, houve economia na execução da despesa, tendo em vista a que as despesas empenhadas representam apenas 23,88% da dotação atualizada, conforme tabela a seguir:

Tabela 02 – Dotação Atualizada x Despesas Empenhadas

DESPESA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	AV (%)	DESPESAS EMPENHADAS	AV (%)	AH (%)
Demais Despesas	1.567.486.837,00	24,94	1.500.680.336,61	100,00	95,74
Fundo Social - FS	4.718.008.026,00	75,06	0,00-	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>6.285.494.863,00</b>	<b>100,00</b>	<b>1.500.680.336,61</b>	<b>100,00</b>	<b>23,88</b>

Do total da dotação atualizada, o Fundo Social – FS corresponde a 75,06%. No entanto, a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que criou o Fundo, em seu art. 52 determinou que a “política de investimentos do FS será definida pelo Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social – CGFFS” e, conforme art. 53, cabe a este Comitê definir:

Art. 53. Cabe ao CGFFS definir:

I - o montante a ser resgatado anualmente do FS, assegurada sua sustentabilidade financeira;

II - a rentabilidade mínima esperada;

III - o tipo e o nível de risco que poderão ser assumidos na realização dos investimentos, bem como as condições para que o nível de risco seja minimizado;

IV - os percentuais, mínimo e máximo, de recursos a serem investidos no exterior e no País;

V - a **capitalização mínima a ser atingida antes de qualquer transferência para as finalidades e os objetivos definidos nesta Lei.** (grifo nosso)

Até o momento, o Fundo Social não foi regulamentado e o Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social – CGFFS não foi constituído, impossibilitando, assim, a utilização dos recursos em suas finalidades e objetivos.

Sendo assim, desconsiderando-se o valor do Fundo Social, tem-se que a execução foi 95,74% do total (Tabela 02).

**Tabela 03 – Execução da Despesa**

DESPESAS	R\$	(%)
Empenhadas	1.500.680.336,61	–
Liquidadas	1.120.809.985,33	74,69
Liquidadas e Pagas	1.112.947.420,59	74,16

**Tabela 04 – Liquidação da Despesa**

DESPESAS	R\$	AV (%)
Empenhadas	1.500.680.336,61	100,00
Liquidadas	1.120.809.985,33	74,69
A Liquidar	379.870.351,28	25,31

**Tabela 05 – Pagamento da Despesa**

DESPESAS	R\$	AV (%)
Liquidadas	1.120.809.985,33	100,00
Pagas	1.112.947.420,59	99,30
A Pagar	7.862.564,74	0,70

Do montante de despesas empenhadas, 74,69% foi liquidada (Tabelas 03 e 04) e 74,16% foi liquidada e paga (Tabela 03), ou seja, 99,30% do montante de despesas liquidadas foi também paga no exercício (Tabela 05).

Ainda na Tabela 04 – Liquidação da Despesa, se observa o saldo a liquidar de R\$ 379.870.351,28 (trezentos e setenta e nove milhões, oitocentos e setenta mil, trezentos e cinquenta e um reais e vinte oito centavos), ou seja, 25,31% da despesa empenhada, gerando Restos a Pagar Não Processados Inscritos no Exercício e apenas R\$ 7.862.564,74 (sete milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e setenta e quatro centavos), ou seja, 0,70% do total de despesas liquidadas, gerando Restos a Pagar Processados Inscritos no Exercício, conforme apresentado na Tabela 05 – Pagamento da Despesa.

Em relação aos Restos a Pagar, o montante total de Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos reduziu 67,85%, ou seja, apenas 32,15% deste montante serão reinscritos para o exercício seguinte (Tabela 06 – Execução do Estoque de Restos a Pagar).

**Tabela 06 – Execução do Estoque de Restos a Pagar**

RESTOS A PAGAR	INSCRITOS E REINSCRITOS	CANCELADOS OU PAGOS	SALDO	% REDUÇÃO	% SALDO REINSCRIÇÃO
NÃO PROCESSADOS	209.975.106,30	142.349.827,10	67.625.279,20	67,79	32,21
PROCESSADOS	2.582.262,02	1.863.364,17	718.897,85	72,16	27,84
<b>TOTAL</b>	<b>212.557.368,32</b>	<b>144.213.191,27</b>	<b>68.344.177,05</b>	<b>67,85</b>	<b>32,15</b>



Dos Restos a Pagar Não Processados, 64,98% foi liquidado, ficando, portanto, confirmado o direito adquirido pelo credor e restando apenas o estágio de pagamento da despesa.

RESTOS A PAGAR	INSCRITOS E REINSCRITOS LÍQUIDOS*	LIQUIDADOS	% DE LIQUIDAÇÃO	% SALDO A LIQUIDAR
NÃO PROCESSADOS	190.555.537,61	123.830.258,41	64,98	35,02

\*Inscritos e Reinscritos Líquidos é a soma dos Restos a Pagar inscritos nos exercícios anteriores mais os inscritos em 31/12 do exercício anterior menos os cancelados.

Por fim, a demonstração apresenta um Déficit Orçamentário de R\$ 389.217.079,65 (trezentos e oitenta e nove milhões, duzentos e dezessete mil, setenta e nove reais e sessenta e cinco centavos), visto que as receitas realizadas totalizaram R\$ 1.111.463.256,96 (um bilhão, cento e onze milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, duzentos e cinquenta e seis reais e noventa e seis centavos), enquanto as despesas empenhadas R\$ 1.500.680.336,61 (um bilhão, quinhentos milhões, seiscentos e oitenta mil, trezentos e trinta e seis reais e sessenta e um centavos), sendo que quase a totalidade (99%) deste valor é arrecado com fontes de recursos do Tesouro Nacional, portanto, este Déficit Orçamentário apurado é coberto pelas transferências financeiras de recursos recebidas do Ministério da Fazenda.